



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001159-87.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Empregado Público / Temporário**
 Requerente: **Joyce Fernanda Thomaze e outros**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

JOYCE FERNANDA THOMAZE, OTAVIO GENTIL DOS SANTOS e TÂNIA ROSILENE BARBOSA movem ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**. São professores da rede pública estadual, admitidos na forma da Lei 500/74, e sempre foram contratados, ano a ano, através das atribuições de aulas. A Lei Complementar 1093/09, porém, alterou o regime de contratação temporária, estabelecendo a vigência de um ano para os contratos, com a exigência de carência de 200 dias, para nova contratação. As especificidades da rede estadual de ensino, todavia, levaram a sucessivas modificações na lei complementar, por meio das Leis Complementares 1132/11, 1163/12, e 1215/13, que reduziram a carência a 40 dias. Quanto ao ano de 2015, a Lei Complementar 1215/13 limitou a contratação de docentes em caráter temporário a 50% do número de docentes contratados da mesma forma em 2014 e estabeleceu a carência de 200 dias para os professores beneficiados anteriormente com a carência de 40 dias. Sustentam que as restrições ofendem o direito à educação, em razão da rotatividade que promove nas escolas, além de violar a isonomia no que tange ao acesso à função pública. Sob tais fundamentos, alegando a inconstitucionalidade da legislação estadual, pedem que seja afastada a carência ou, subsidiariamente, reduzida a 40 dias, inclusive liminarmente.

A antecipação de tutela foi negada (fls. 46/49).

O réu contestou (fls. 79/103) sustentando que a legislação não é inconstitucional.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, pois a controvérsia é de direito (art. 330, I, CPC).

A carência imposta aos autores obedece a legislação estadual.

Não se desrespeita a lei.

O debate cinge-se, em realidade, à (in)constitucionalidade da legislação, que estabeleceu carência de 40 dias aos professores para serem recontratados por vínculo temporário e da carência de 200 dias imposta aos professores que já haviam sido beneficiados pela carência reduzida de 40 dias.

Quanto à estipulação de uma carência, em si mesma - seja de 40, seja de 200 dias -, não há inconstitucionalidade. A carência afina-se com a concretização de normas constitucionais, como salientado pelo relator da Apelação nº 1001709-06.2014.8.26.0053, eminente Desembargador CLAUDIO AUGUSTO PEDRASSI, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao observar que impede sucessivas recontrações que impliquem burla ao concurso público e distorção do instrumento excepcional da contratação temporária, resguardando, nessa toada, a eficácia das disposições do art. 37, II e IX, e § 2º, da CF, zelando-se então pela correta forma de ingresso no serviço público.

Sobre o argumento de que as carências ofendem o direito à educação em razão da rotatividade que promovem nas escolas, não se reveste de densidade normativa suficiente, vez que a política educacional compete ao Poder Legislativo, não ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário não faz política pública, cabendo-lhe apenas garantir os direitos positivados no ordenamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

jurídico, pena de indevida ingerência no espaço legítimo de atuação do outro poder estatal, ofendendo-se a separação de poderes prescrita no art. 2º da Constituição Federal.

Quanto ao estabelecimento de carências distintas, conforme já tenha o docente sido beneficiado pela carência reduzida de 40 dias uma vez, não se vislumbra, com as merecidas vênias, ofensa à isonomia constitucional.

A legislação estadual prevê (a) carência reduzida de 40 dias para quem não foi beneficiado anteriormente por esta (b) carência de 200 dias para os demais.

Na realidade, parece-nos que a tese de violação à isonomia decorre de uma falsa percepção da política de contratação estabelecido pela legislação, de um recorte temporal inadequado e que deixa de captar o fenômeno regulado pelo legislador em sua inteireza.

Com efeito, nenhuma pessoa é discriminada pela lei, já que todos os docentes que já foram beneficiados com o prazo reduzido de 40 dias devem respeitar carência de 200, e todos os docentes que não foram tem direito ao prazo reduzido. Nesse sentido, todos os docentes tem o mesmo direito, qual seja, o de serem beneficiados uma vez, e apenas uma, com a carência de 40 dias.

A carência de 40 dias é um benefício para ser utilizado apenas uma vez.

Saliente-se que a carência de 40 dias deve mesmo ser vista como um benefício, uma prerrogativa que foge à regra e à disciplina proposta legislativamente, já que é muito curta para assegurar os resultados de serem impedidas sucessivas recontrações que impliquem burla ao concurso público e distorção do instrumento excepcional da contratação temporária.

Nesse sentido, a perpetuação do prazo de carência de 40 dias, assegurando-se seja possibilitado mais de uma vez, atentaria contra os propósitos da lei, voltados a consecução de objetivos maiores que possuem abrigo constitucional.

Ante o exposto, **julgo improcedente a ação** e condeno os autores nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 788,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**